A IMPORTÂNCIA DA LEI DA FICHA LIMPA NO COMBATE À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA POLÍTICA BRASILEIRA.

Autor(res)

Renata Apolinário De Castro Lima
Eniliane Andrade Silva
Hugo Malone Xavier Couto E Passos
Luciana Leal De Carvalho Pinto
Joyce De Andrade Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Historicamente o Brasil enfrenta problemas de corrupção e pouca confiabilidade em seus governantes. Uma democracia possibilita mudanças em leis e normas com que funcionam as instituições políticas e a economia de um país, a partir das demandas que vão surgindo. Essas mudanças se tornam necessárias visando a melhoria da democracia e sem dúvidas uma dessas melhorias é a LC n° 135/2010, sendo essa o marco teórico deste trabalho. Essa lei foi ponto referencial de mobilização social no Brasil em busca de uma política pública mais transparente e esse foi um dos fatores importantes para que ela entrasse em vigor, tornando assim os critérios para elegibilidade mais vigorosos.

Objetivo

Tendo em vista os períodos políticos instáveis e polarizados, esse trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da LC n° 135/2010 no cenário atual brasileiro, mostrando seu avanço no que se refere a transparência e combate à corrupção da política nacional.

Material e Métodos

O método utilizado para este estudo é uma revisão bibliográfica, embasada na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), e artigos científicos, no qual buscou-se artigos pertinentes ao tema, através dos descritores: "Política brasileira", "Inelegibilidade", "transparência". Seguindo os parâmetros exigidos pelo "IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica" e pelo "27° Encontro de atividades científicas (EAC)".

Resultados e Discussão

A LC 135/2010 é um marco de mobilização social brasileira, permitindo que a população submeta projetos de lei ao Legislativo. Sendo Exemplo de democracia semidireta, alinhada ao princípio de que “todo poder emana do povo” (Brasil, 1988).

Entretanto, o cenário é desafiador, seja por falta de informação e transparência, desinteresse populacional em participar ativamente na política. Para melhorar o

engajamento político, é necessário promover educação cívica e fortalecer a participação social.
Essa Lei visa moralizar a vida pública e combater a corrupção, sendo um avanço democrático, apesar das tentativas de deslegitimação. O Supremo Tribunal Federal confirmou que as inelegibilidades estabelecidas pela lei não violaram o princípio da presunção de inocência. Mesmo que a política brasileira esteja evoluindo em direção à transparência, existem falhas na execução da lei, exigindo esforços para garantir sua efetividade e a democratização do sistema político.

Conclusão

Esse artigo conclui que se faz necessário um projeto para mobilização social, e cumprimento, de fato, das leis vigentes do nosso país, para assim evoluir o cenário de combate à corrupção e transparência. A lei da ficha limpa pode evoluir, se tornando mais severa e eficiente, com auxílio do Supremo Tribunal Federal (STF) e com uma população mais consciente, pode almejar grandes avanços políticos nacionais.

Referências

PLANALTO..Lei complementar nº 135, de 4 de Julho de 2010. Brasília, jul, 2010, Disponível em: Lcp 135 (planalto.gov.br) Acesso em: 26 de Setembro. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasiília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 26 de Setembro. 2024.